



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5228, de 30/09/2020

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo:
00600-00005283/2020-60-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00005283/2020-60-e

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA : Pensão militar instituída por LUIZ CARLOS DE SOUZA - PMDF.


DECISÃO Nº 4229/2020


O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das medidas administrativas adotadas para o cancelamento definitivo do pagamento do benefício pensional ilegalmente legado pelo ex-1º Sargento PM Luiz Carlos de Souza, excluído do serviço ativo da Corporação a bem da disciplina, consubstanciadas na Portaria DIPC nº 748, de 20/07/2012, publicada no DODF de 23/07/2012, editada em observância ao entendimento constante das Decisões TCDF nºs 3.046/2007 e 4.091/2010; II - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa de registro, visto que a pretensão deduzida na Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.084198-9, de concessão de pensão em razão de exclusão de militar a bem da disciplina, impetrada em desfavor do Distrito Federal pelas filhas do ex-policial militar, Anna Clara de Souza e Anna Luiza de Souza, foi julgada improcedente, no mérito, tendo dessa forma transitado em julgado em 14/12/2015; III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas: a) torne sem efeito as Portarias DIPC nº 828, de 25/07/2012, e nº 522, de 03/02/2020, publicadas, respectivamente, nos DODF de 20/08/2012 e de 05/02/2020, cujos efeitos jurídicos tornaram-se insubsistentes com a decisão judicial passada em julgado, referida no item II; b) anule, no SIRAC, o ato eletrônico de que se trata (de nº 02921- 3); c) **suste de imediato o pagamento do benefício pensional em questão**, em cumprimento ao decidido na Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.084198-9; d) apure, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas às pensionistas Anna Clara de Souza e Anna Luiza de Souza por força de decisão precária proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.014411-0, em razão do trânsito em julgado desfavorável às beneficiárias na Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.084198-9, bem como aquelas percebidas, posteriormente, sem amparo judicial, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão TCDF nº 661/2015; e) ciente das interessadas das razões do cancelamento do benefício e das providências destinadas à repetição do indébito; f) indique, providenciando sua notificação, o responsável pela manutenção do pagamento do benefício pensional em desacordo com a decisão judicial transitada em julgado na Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.084198-9, bem como notifique o Diretor de Inativos, Pensionistas e Civis da PMDF, subscritor da Portaria DIP nº 522, de 03/02/2020 (publicada no DODF de 05/02/2020), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados das respectivas notificações, apresentem ao Tribunal razões de justificativa que julgarem pertinentes em face dos atos praticados, ante a

possibilidade de aplicação de multa, com fundamento no artigo 57, III, da LC nº 01/94 (LOTCDF) e no artigo 272, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.

SALA DAS SESSÕES, 30 de Setembro de 2020


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente